

39º Encontro Anual da Anpocs.

SPG 04 – Cultura política e comportamento eleitoral.

**Efeitos do conhecimento político sobre o modelo do voto econômico nas eleições
brasileiras de 2010.**

Álvaro João Pereira Filho

Universidade de Brasília - IPOL

Resumo

O voto econômico é um modelo de comportamento, com o qual eleitor pune ou beneficia o governante a partir do desempenho da economia. Tanto fatores institucionais quanto fatores individuais alteram a relação nesse modelo, entre eles o conhecimento político. O objetivo do trabalho é responder quais os efeitos do conhecimento político no modelo do voto econômico. Utilizando a regressão *logit* e com base nos dados coletados do ESEB das eleições de 2010, os resultados mostraram que eleitores que possuem mais conhecimento são mais punitivos, avaliando como negativo tanto seu desempenho econômico pessoal quanto o do país.

Palavras-chave: Conhecimento Político, Avaliação Econômica, Comportamento Eleitoral, Voto Econômico.

INTRODUÇÃO.

Há diversas evidências históricas de flutuações econômicas coincidirem com mudanças políticas. Por exemplo, a crise da hiperinflação na Alemanha e o fim da República de Weimar, no período pós Primeira Guerra Mundial. Ou mais recentemente, na crise econômica européia que causou diversas mudanças de governo na Grécia e até na Espanha. Na história do Brasil não foi diferente, quando o fim do “milagre econômico” propiciou o processo da redemocratização após o período militar.

Na literatura da ciência política, quando o eleitor se baseia na avaliação da economia para construir seu voto, na medida em que se pune ou recompensa o governante, ou o seu sucessor, esse fenômeno é chamado de voto econômico. Como em outros modelos, foi omitida a diferença na capacidade de regular, responsabilizar e avaliar as informações sobre seus representantes, ou seja, o conhecimento político dos cidadãos.

Algumas pessoas sabem mais de política do que outras. Dessa forma, como se comportariam as pessoas com alto conhecimento político, que conhece as competências e as medidas econômicas de seu contexto ou do país? E uma pessoa com baixo conhecimento? Assim, incluindo a variável do conhecimento, como seria o comportamento do eleitor tendo em vista o modelo do voto econômico? Quais são os efeitos do conhecimento nesse tipo de voto?

O pioneirismo no estudo desse fenômeno é atribuído ao trabalho de Donald Kramer (Fiorina, 1978; Feldman, 1984; Abramowitz et. al., 1988; Gomez & Wilson, 2001), sendo que trabalhos anteriores exploravam efeitos das variáveis macroeconômicas através de métodos estatísticos simples, dos quais não ofereciam estabilidade e nem significância (1971, p.133). O autor utilizou da estimação das variáveis de forma simultânea para medir o impacto da economia nas eleições para o congresso americano. Os resultados das regressões apontaram para a influência das flutuações econômicas sobre os resultados eleitorais, isto é, a existência de um efeito causal entre essas variáveis.

Na sua forma simples, o voto é baseado numa perspectiva de responsabilização do governante em relação ao estado da economia. Essa hipótese da responsabilidade é

encontrada em toda a literatura do voto econômico. Porém, Nannestad e Paldam (1997) tornaram o modelo mais complexo através de uma função entre voto e popularidade. Os autores encontraram assimetrias nessa relação, o que extrapola a simplicidade dos modelos anteriores. Por exemplo, a reação dos eleitores é maior quando há deterioração na economia do que quando há melhoria (Nannestad & Paldam, 1997; Lewis-Beck & Paldam, 2000). Assim, a partir desse trabalho, uma série de outros modelos foi elaborada para agregar novas variáveis ao modelo, que agora seria, conseqüentemente, multivariado.

Por exemplo, em Carlsen (2000) é a vez de a ideologia partidária ser interagida com o voto. As hipóteses testadas foram: a hipótese da responsabilidade, já mencionada, a hipótese da clientela e a do objetivo. A primeira das hipóteses não inclui a ideologia, atribuindo-se, assim, efeito causal apenas entre o voto e a avaliação econômica. A segunda hipótese é a da clientela, na qual se tratando de alto desemprego o partido de esquerda sairia beneficiado, caso não fossem do governo, pois, historicamente, esses partidos seguem orientação de política econômica para a solução desse problema. Em caso de inflação alta, partidos de direita se dariam melhor, pelo mesmo motivo histórico. Por fim, baseado em Powell e Whitten (1993)¹, a hipótese do objetivo afirma que partidos de esquerda seriam mais punidos quando for alto o desemprego, da mesma forma, os partidos de direita com a inflação. O autor encontrou resultados conclusivos apenas para os partidos de direita, que serão punidos em relação a desemprego e a inflação moderada.

As instituições também geram efeito sobre a relação causal entre voto e avaliação econômica. Lewis-Beck e Nadeau (2000) utilizaram o caso francês para estudar o voto econômico no presidencialismo misto, com ênfase nos momentos de governo dividido e nos dois turnos eleitorais. Já Anderson (2000) tratou da dificuldade de se responsabilizar os governos pelas avaliações econômicas, variando em relação aos sistemas políticos e suas características, como o tamanho do partido do governo, por exemplo. O autor utiliza

¹ Os autores afirmam que partidos de ideologias diferentes possuem objetivos econômicos tradicionais distintos. Por exemplo, partidos de esquerda com desemprego e redistribuição e de direita com a inflação e controle de impostos. Assim, os eleitores esperam que o partido trate melhor daquilo que for seu tradicional objetivo. Os resultados encontrados foram semelhantes ao de Carlsen (2000).

o conceito de clareza de responsabilidade², que significa a facilidade de reconhecimento das instituições responsáveis, importante no estudo do fenômeno.

Ao considerar a influência das instituições sobre o voto econômico, os estudiosos do fenômeno perceberam a necessidade de expandir para os casos de fora dos Estados Unidos e Europa. Na América Latina há diversos exemplos de mudanças políticas e turbulências econômicas, além de suas instituições próprias. No Brasil, desde as eleições de 1989, foram feitos diversos estudos sobre o tema.

Carreirão afirmou que a literatura brasileira sempre pecou em dar peso a outros fatores em sua análise, não chegando a um consenso sobre a relação entre voto e avaliação econômica (1999, p. 214-15). Em seu estudo com dados em série temporal, de 1986 a 1998, o autor concluiu que no governo Collor, os resultados mostraram que a impopularidade antecedeu as denúncias que levaram ao fim do governo, baixa popularidade essa causada pelo fracasso dos planos econômicos. Em seu trabalho posterior, Carreirão (2004) atribuiu a vitória de Lula a uma queda da popularidade do governo FHC e de sua política econômica, ao final do governo tucano.

Rennó e Spanakos perceberam que não existiam trabalhos sobre a relação entre o voto econômico e o mercado financeiro (2006, p.11). O ambiente econômico dos países da América Latina, incluindo o Brasil, sofreu um processo que permitiu o maior impacto dos indicadores nos cálculos eleitorais, tanto por parte dos votantes como pelos candidatos (2006, p. 16). Utilizando dados agregados, os autores concluíram que Lula se beneficiou de indicadores econômicos e financeiros, enquanto Serra apenas os econômicos.

TEORIA DA ATRIBUIÇÃO HETEROGÊNEA.

Segundo Gomez e Wilson (2001), os trabalhos anteriores pecaram ao focarem apenas na dificuldade de aquisição da informação para a avaliação econômica, ao invés de dar ênfase na atribuição de responsabilidade. O indivíduo pode atribuir responsabilidade de sua situação econômica pessoal às ações governamentais, e assim,

² Ver também Powell e Whitten (1993).

politizar quaisquer mudanças nas suas finanças (Abramowitz et. al., 1988), ou apenas podem atribuir a fatores pessoais, sem a intervenção governamental. Devido a essa atribuição, o conhecimento político aparece como uma variável importante, já que o reconhecimento de competências e a capacidade de fazer ligações entre os eventos exigem algum grau de conhecimento.

Dentro dos modelos de voto econômico anteriores, o conhecimento político foi ignorado como fator que pode influenciar a relação entre o voto e a avaliação econômica. Essa omissão é problemática, pois, dentro de uma sociedade, os indivíduos possuem capacidades diferentes de compreender a complexidade do sistema político e a pluralidade de atores de uma democracia, além de possuírem capacidades diferentes de atribuir responsabilidade a esses atores nos diversos eventos econômicos.

Os autores chamam de teoria da atribuição heterogênea quando os indivíduos possuem habilidades para fazer associação causal entre responsável e fato econômico, dependendo do nível de conhecimento. Isto é, os eleitores recebem as informações, de diversas maneiras, e a atribuem responsabilidade das mudanças seguindo sua capacidade de ligar mudanças financeiras pessoais com algum evento econômico.

Aqueles que possuem alto conhecimento são capazes de entender a complexidade do sistema econômico e financeiro como um todo. Esse tipo de eleitor compreende a pluralidade de atores nacionais ou internacionais capazes de influenciar no desempenho econômico do país e na suas finanças, atribuindo responsabilidade de forma desconcentrada, segundo os Gomez e Wilson (2001). Já os eleitores com baixo nível de conhecimento tendem a simplificar o contexto, atribuindo responsabilidade à apenas uma autoridade (2001, p.900), isto é, de forma concentrada.

Portanto, o objetivo do artigo é testar como se comporta a relação causal entre voto e avaliação econômica, nas eleições presidenciais brasileiras de 2010, no momento em que se leva em consideração o conhecimento político do eleitorado brasileiro como variável que também explica o voto, e que precisa ser controlada nos modelos. Essa discussão é pertinente, pois, aderindo essa variável a mais um fenômeno, é possível determinar o grau de importância que os diferentes níveis de conhecimento têm no comportamento eleitoral, e por consequência, na democracia como um todo.

DADOS E MÉTODO.

Os dados utilizados foram extraídos do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) das eleições de 2010, no qual se refere à terceira onda realizada pela Universidade de Campinas no país. O ESEB utiliza dados de nível agregado pós-eleitorais, de natureza também socioeconômica e político-institucional. No geral foram feitas duas mil entrevistas, em noventa e seis distritos pelo Brasil.

As eleições de 2010 possuem em seu contexto duas situações determinantes: primeira era a alta taxa de aprovação do governo Lula, do mesmo partido da então candidata e sucessora Dilma Rousseff (PT); e a segunda era a situação econômica muito boa, o que elevou a candidata do governo ao patamar de favorita no pleito presidencial. Pela primeira vez no período da Nova República, um presidente elegeria um sucessor.

Segundo a teoria da atribuição heterogênea, espera-se que os eleitores com maior nível de conhecimento político atribuam à responsabilidade de forma desconcentrada, observando toda a complexidade e a pluralidade do sistema político brasileiro e dos atores econômicos, e assim fariam avaliação tanto pessoal como geral e as transmitiram em seu voto. Dessa forma, avaliações boas do país e avaliações boas da situação econômica pessoal terão reflexos parecidos no comportamento eleitoral.

Já quando os eleitores possuem baixo nível de conhecimento, as avaliações se concentrariam na figura do presidente da república, possuindo uma avaliação do tipo sociotrópica. A atribuição de responsabilidade pela boa fase econômica do país e pessoal seria toda para a candidata do governo. Assim, avaliações boas do país terão maior força no comportamento eleitoral, já que as avaliações positivas serão atribuídas de forma concentrada.

O modelo utiliza-se de uma regressão logística (*logit*) em duas etapas, sendo uma sem a presença do conhecimento político e a outra com a adição da variável. A variável dependente é o voto, sendo que este possui uma característica dicotômica, já que a teoria se refere ao voto econômico como um referendo ao governo (Gomez & Wilson, 2001). Todo voto que não seja para a candidata à sucessão é considerado voto na oposição ou de rejeição ao governo. Assim, o valor igual a (1) significa voto em Dilma Rousseff (PT) e

voto (0) em Serra ou Marina, dois candidatos de oposição com votação relevante no pleito de 2010.

Uma das variáveis chaves do artigo é a avaliação econômica. Essa variável possui duas dimensões de grande importância para a área: a dimensão temporal e espacial (Fiorina, 1978; Kinder & Kiewiet, 1979; Feldman, 1982; Nannestad & Paldam, 1997; Erikson et. al., 2000; Lewis-Beck & Paldam, 2000; Carlsen, 2000; Anderson, 2000; Lewis-Beck & Nadeau, 2000). Na primeira, o eleitorado avalia mais o desempenho econômico até então, voto retrospectivo, ou as expectativas criadas, prospectivo. Já a dimensão espacial enfatiza a análise da economia sobre os aspectos macro, sociotrópico, ou nas finanças das famílias, pessoal.

No ESEB 2010, avaliação econômica possui quatro perguntas: duas pedem avaliações do momento atual da economia, enquanto as outras duas pedem uma análise dos últimos doze meses, diferenciando-as apenas na ênfase, ou situação do entrevistado ou na situação do país. Nas de avaliação atual, as respostas possíveis foram ótima, boa, regular, ruim e péssima. Assim, regular é igual a zero, boa/ruim valem meio, sendo que ruim possui sinal negativo. Seguindo a mesma lógica, ótima/péssima valem um ponto, sendo péssimo negativo.

Já na avaliação dos doze últimos meses, foram três respostas possíveis: melhor, igual ou pior. Respectivamente, as respostas valem um, zero e menos um. Soma-se, então, as avaliações atuais com as avaliações dos últimos meses, assim, criando duas avaliações possíveis: avaliação econômica pessoal e sociotrópica. As escalas dessas duas variáveis vão de menos dois até mais dois.

No modelo, a variável do conhecimento político irá interagir, ou multiplicar, com uma das duas variáveis criadas da avaliação econômica. A sua operacionalização é feita a partir de dois blocos de perguntas. Um com perguntas factuais de características gerais e estáticas (Barabas et. al., 2014), e outro bloco de identificação de partidos brasileiros e políticos no espectro ideológico. Em cada acerto das perguntas factuais e o posicionamento dos políticos equivalem a um ponto, enquanto o posicionamento é certo quando o entrevistado posiciona o PT à esquerda do DEM e do PSDB. No total, o máximo de conhecimento possível vale treze pontos, enquanto o mínimo é igual a zero.

Outra variável importante é a identificação partidária (Kinder & Kiewiet, 1979), que no modelo, é identificada como dicotômica, sendo que quem se identifica é igual a um e quem não igual a zero. Já as demais variáveis são as de cunho socioeconômico. Gênero, raça, estado civil, sindicalizado e religião, listadas com base no trabalho de Bartels (1996), são operacionalizadas de forma dicotômicas. Enquanto isso, idade, escolaridade e renda familiar são escalas. A escolaridade, por exemplo, é dividida entre os quatro graus, de analfabeto até superior, eliminando as classificações incompletas de graus.

Portanto, no primeiro passo da regressão *logit* não será incluída a variável de conhecimento político, com o propósito de analisar o comportamento da escolha eleitoral com somente a influência das avaliações econômicas, testando a importante hipótese da responsabilidade. Em seguida, inclui-se o conhecimento, para testar as hipóteses da teoria da atribuição heterogênea nas eleições brasileiras de 2010.

RESULTADOS.

Como mencionado, o primeiro passo é testar a hipótese da responsabilidade, verificando a significância estatística das variáveis de avaliação econômica, pessoal e sociotrópica, sem a inclusão do conhecimento político. Os resultados dessa regressão *logit* foram impressos na tabela 1. Tanto a avaliação pessoal quanto a sociotrópica apresentaram resultados significantes em níveis diferentes, respectivamente, .01 e .001.

Ambas as avaliações possuem o sinal positivo, assim, confirmou-se o comportamento esperado das variáveis pela hipótese em teste, já que quanto melhor a avaliação da economia, maior será a probabilidade de voto na candidata do governo. Todavia, os tamanhos dos coeficientes diferem, enquanto a avaliação pessoal possui aproximadamente .18, a sociotrópica possui quase o dobro, .30. Nesse primeiro passo, a avaliação econômica do país explica mais a probabilidade do voto no incumbente.

Outros resultados merecem destaque. Apesar de não ter significância estatística, a variável mulher possui o sinal negativo, isto é, mulheres tendem a votar contra a candidata ao governo, o que é curioso já que a candidata acabou sendo eleita a primeira mulher na presidência. Outras variáveis, como escolaridade e renda familiar, possuem

significância forte e também sinal negativo, mostrando que a camada mais letrada e mais rica da população são menos prováveis de votar na candidata a sucessão.

Tabela 1: Regressão *logit* da probabilidade do voto na candidata do governo no primeiro turno das eleições de 2010.

	Estimativa	Erro padrão
<i>Constante</i>	.608 [□]	.034
Gênero (mulher)	-.125	.106
Idade	-.000	.003
Escolaridade	-.275***	.081
Raça (negro)	.294**	.107
Estado civil (casado)	.183 [□]	.109
Renda Familiar	-.195***	.053
Sindicalizado	.258 [□]	.135
Católico	-.051	.151
Evangélico	-.619***	.178

	Identificação Partidária	.469***	.107
	Avaliação econômica sociotrópica	.305***	.068
	Avaliação econômica pessoal	.189**	.060
N	1609	<i>Log- Likelihood</i>	-1048.383

Fonte: elaboração própria do autor.

‘***’ 0.001 ‘**’ 0.01 ‘*’ 0.05 ‘□’ 0.1

Em contrapartida, a favor da candidata petista estão as variáveis de sindicalizado e casado. Ambas possuem significância ao mesmo nível e o sinal positivo, esse último por razões distintas. O sindicalismo e o trabalhismo, historicamente, são bandeiras do Partido dos Trabalhadores, então o sinal positivo já era o esperado. Já os casados possuem, em geral, aversão ao risco e a mudança, tendendo a votar na situação, ou seja, no partido que já vinha governando o país e lançou Dilma Rousseff.

A identificação partidária merece um destaque individual, pois possui significância forte e é um dos maiores coeficientes, perdendo apenas para o coeficiente da variável evangélica. Estudos sobre essa variável e o sistema partidário brasileiro mostraram que o PT possui, historicamente, maior identificação em relação aos demais partidos (Carreirão & Kinzo, 2004). Dessa forma, é de se esperar que quanto houver identificação partidária, provavelmente essa identificação aumentará a probabilidade de voto para a candidata do governo petista.

A variável com o maior coeficiente é a evangélica. Junto com a católica, ambas possuem sinal negativo, mostrando que tanto os praticantes evangélicos quanto os católicos tem menor probabilidade de votar na candidata do governo. Esse

comportamento das variáveis se deve ao conservadorismo das duas religiões frente a um governo de esquerda, que possui e é defensor de pautas e demandas mais liberais.

O passo seguinte é a inclusão da variável conhecimento dentro do modelo anterior. Foram mantidas todas as variáveis e incluída a do conhecimento político, além de duas interações: conhecimento político multiplicando avaliação econômica pessoal e conhecimento político multiplicando avaliação econômica sociotrópica. O objetivo das interações é observar se o aumento do conhecimento causa variação nas avaliações econômicas. Mesmo com a inclusão das interações, as variáveis originais foram mantidas, no caso das avaliações, e incluídas, no caso do conhecimento, para futuras interpretações (Wooldridge, 2011).

Quando se obtêm os resultados da nova regressão, vemos que diversas variáveis perdem sua significância. As duas avaliações econômicas, individualmente, perdem tanto significância e força, sendo a pessoal igual a $-.021$ e a sociotrópica $.013$. A variável evangélica, na outra regressão a mais forte das variáveis, agora perde para a identificação partidária, que possui um coeficiente de $.68$.

Quando fazemos a regressão com interações, é preciso tomar cuidado com as interpretações individuais das variáveis³, principalmente os testes individuais. Tanto as interações como as suas variáveis originais não possuem significância, a exceção do conhecimento. Para a interpretação das interações e o teste da hipótese de atribuição heterogênea, é preciso calcular os efeitos parciais, variando tanto o conhecimento, do mínimo ao máximo, quanto as avaliações econômicas, das piores para as melhores.

Primeiramente, avaliando os resultados com conhecimento político nulo, verificou-se que não há efeito na probabilidade do voto quando mal avaliada a economia a partir de uma perspectiva pessoal e nem quando a economia está sendo bem avaliada. Faz sentido utilizar o conhecimento igual a zero, pois seria o caso de um indivíduo que errasse todas as perguntas factuais. Da mesma forma, quando a avaliação passa para a economia de um país, a diferença entre uma boa avaliação e uma ruim é muito pouca, como pode ser visto nos gráficos 1 e 2. A diferença entre uma boa avaliação e uma má avaliação da economia

³ Ver mais em Wooldridge (2011).

pessoal é igual a .02, enquanto na sociotrópica é igual a .01. Portanto, não há diferença entre os efeitos marginais das duas avaliações.

Gráfico 1: Probabilidade de voto em Dilma segundo avaliação pessoal com baixo conhecimento.

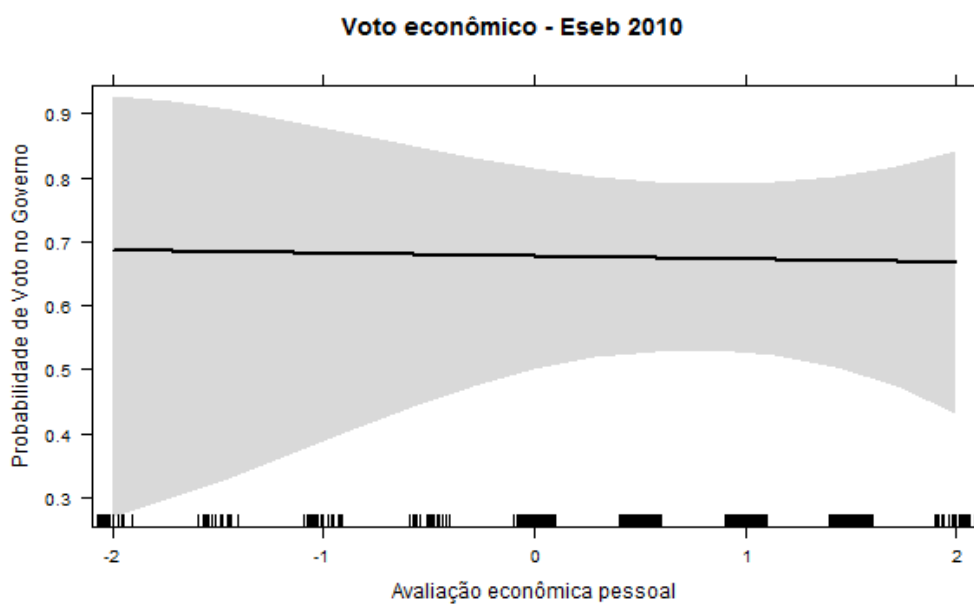
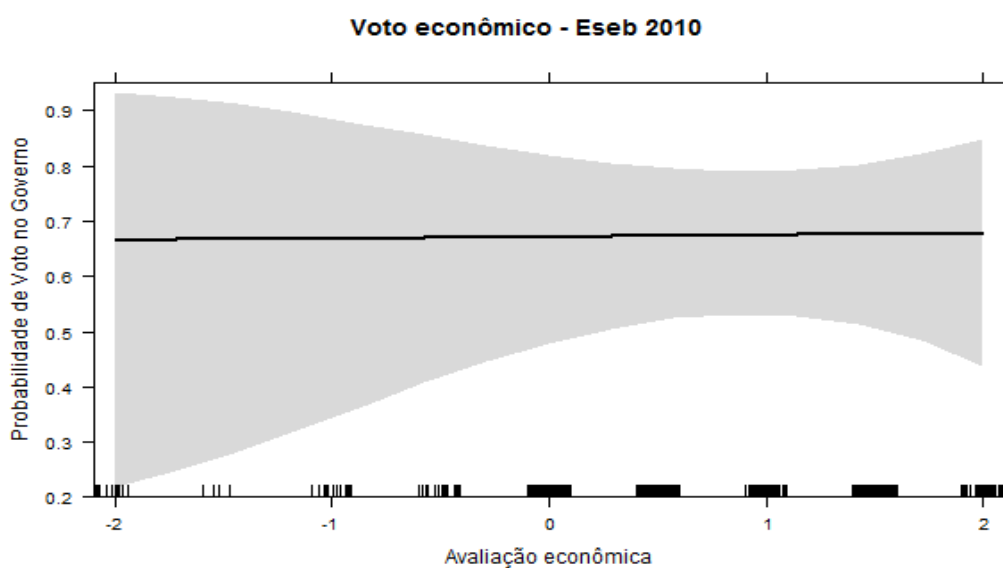


Gráfico 2: Probabilidade de voto em Dilma segundo avaliação sociotrópica com baixo conhecimento.



Aumentando o conhecimento político para médio, o eleitor começa a reagir a mudança na avaliação da economia. A diferença entre os extremos das avaliações, da pior avaliação a melhor avaliação, na economia pessoal é de .19, enquanto na avaliação sociotrópica é de .26, apresentando, assim, uma tendência de maior reação em mudanças de avaliação do país, já apresentada no primeiro modelo sem o conhecimento político.

Gráfico 3: Probabilidade de voto em Dilma segundo avaliação pessoal com conhecimento médio.

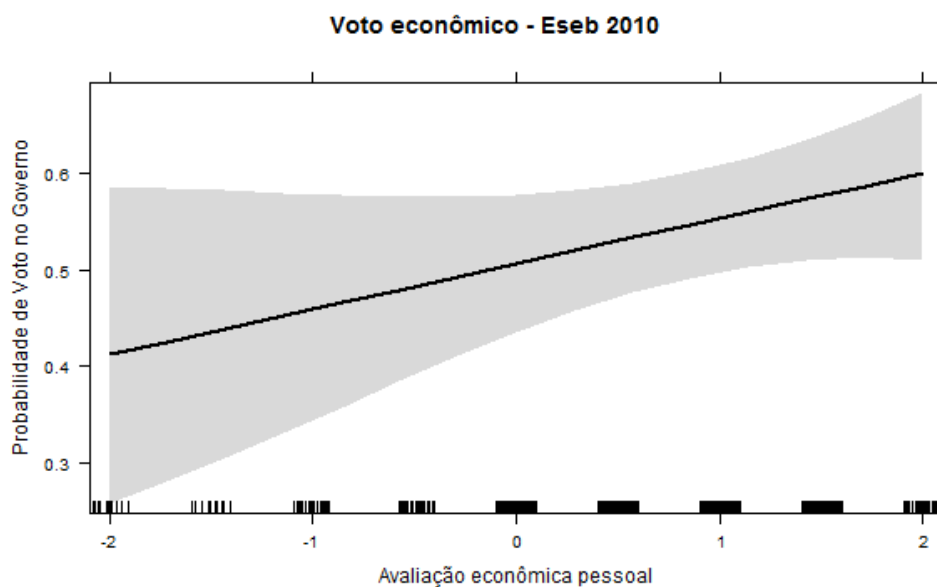
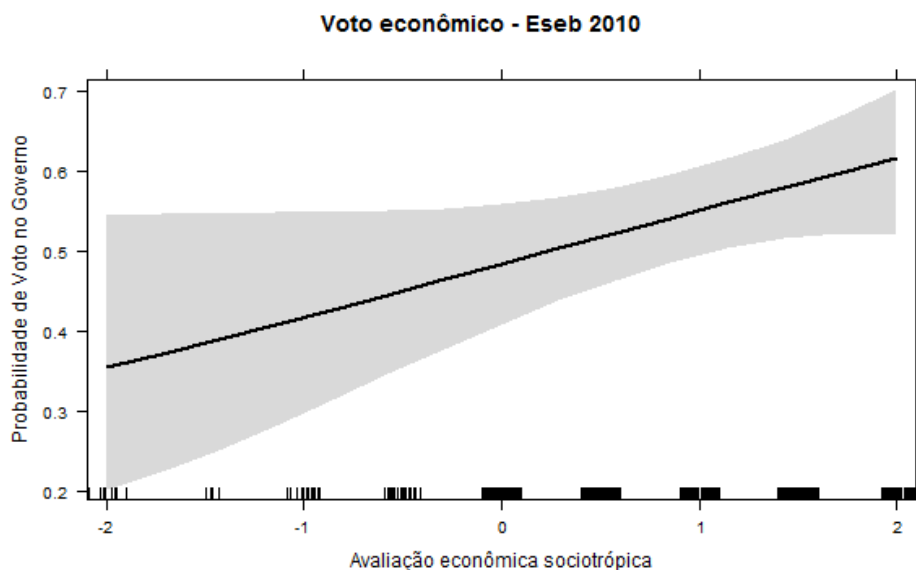


Gráfico 4: Voto em Dilma segundo avaliação sociotrópica com conhecimento médio



Por fim, calculam-se os efeitos marginais com o conhecimento político máximo, ou seja, um indivíduo que tenha acertado todas as perguntas. A diferença entre os extremos das avaliações em ambas as variáveis é maior do que nos outros níveis de conhecimento. Na avaliação econômica pessoal, a diferença foi de .35, enquanto a avaliação sociotrópica foi de .43, quase 50% de diferença na probabilidade de voto em Dilma Rousseff quando se avalia melhor a situação econômica do país.

Gráfico 5: Voto em Dilma segundo avaliação pessoal com alto conhecimento.

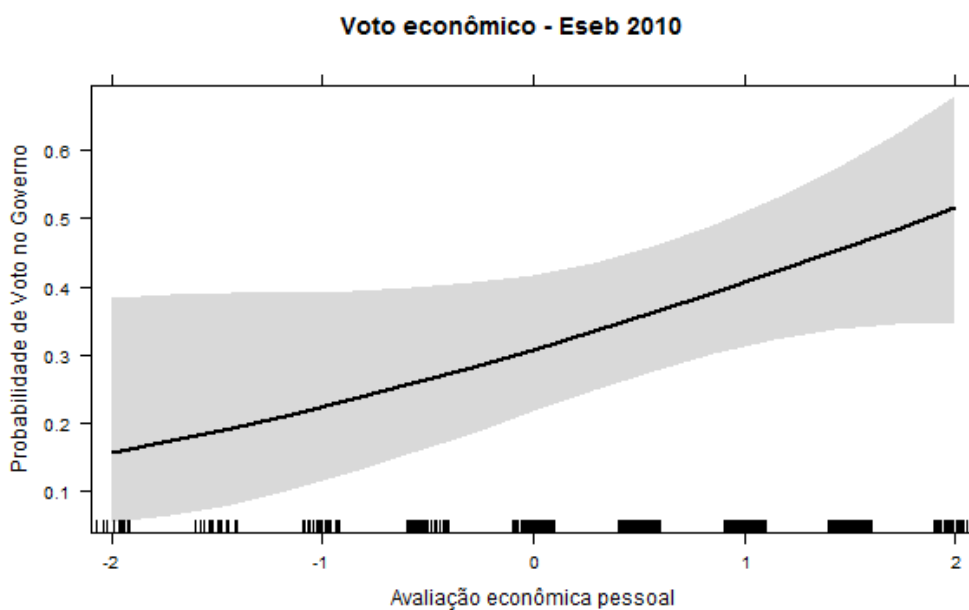
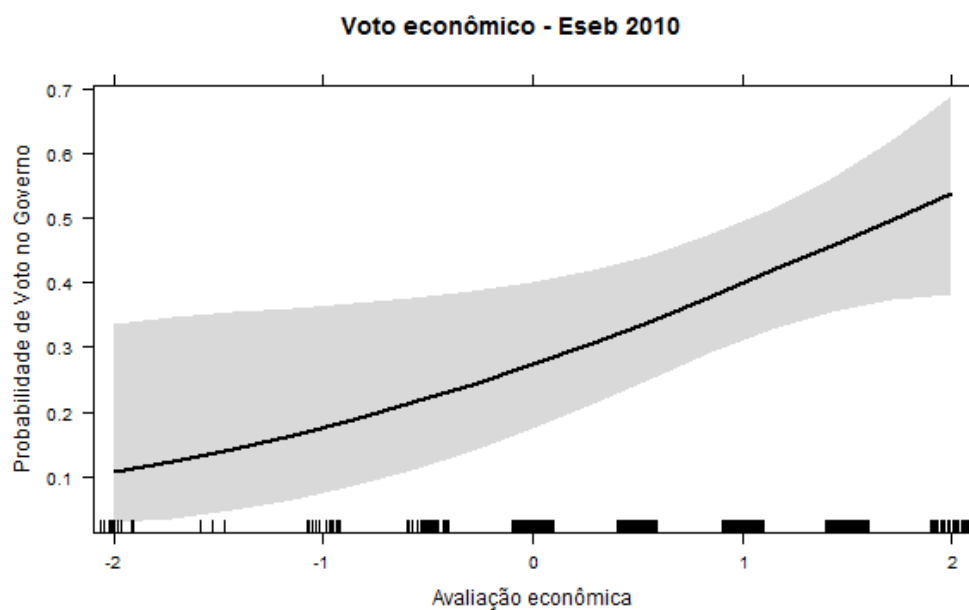


Gráfico 6: Voto em Dilma segundo avaliação sociotrópica com alto conhecimento.



DISCUSSÃO

À luz dos resultados, as duas hipóteses foram testadas: a da responsabilidade e as da teoria da atribuição heterogênea. A primeira não foi rejeitada, pois, assim como em Kramer (1971), as avaliações econômicas possuem significância estatística no modelo *logit*. O bom estado da economia em 2010 pode explicar, por consequência, a eleição da sucessora do governo Lula, que foi a primeira vez que um presidente conseguiu eleger uma sucessão desde a redemocratização.

A segunda hipótese que foi testada foram as da teoria da atribuição heterogênea. Segundo a teoria, quando o conhecimento político é baixo, o eleitor concentra sua responsabilidade pelo estado da economia na figura da presidência. Enquanto quando o conhecimento é alto, a responsabilidade se desconcentra por todo sistema político e econômico. Entretanto, os resultados encontrados a partir dos dados do ESEB 2010 não apóiam as hipóteses dessa teoria.

No artigo de Gomez e Wilson (2011), um problema no teste empírico de suas hipóteses é a construção da variável da sofisticação política. Para adaptar a mesma medida para o ano de 1992 e o ano de 1996, os autores utilizaram apenas oito perguntas factuais, com características gerais e dinâmicas. No presente artigo, em contrapartida, foi elaborada uma escala mais robusta, com perguntas de posicionamento de político e legendas, porém, apenas do ano de 2010, já que dos outros anos não houve dados suficiente para essa escala.

Além desse problema metodológico, as hipóteses dos autores parecem bem contra-intuitivas. Como uma pessoa com baixa capacidade cognitiva conseguiria fazer a associação entre a mudança econômica e o cargo de presidente, mesmo como se isso fosse mais simples que possa parecer? O uso de atalhos cognitivos, na literatura, é normalmente empregado por indivíduos mais sofisticados, ficando a cargo de cognição complexa a construção de heurísticas para facilitar as decisões.

Os resultados mostraram que em nível mínimo de conhecimento político o eleitorado não responde à mudança de avaliação da economia, tanto na avaliação das finanças pessoais quanto do país, enquanto o que se esperava era que houvesse forte reação à avaliação econômica sociotrópica. Em níveis de conhecimento mais alto,

entretanto, encontrou-se reações semelhantes de ambas as avaliações econômicas, o que é plausível com a teoria.

O papel do conhecimento político é de capacitar o eleitorado a utilizar a informação sobre política para regular, avaliar e responsabilizar seus representantes. Além disso, o conhecimento político permite o reconhecimento de responsáveis e informações factíveis. A partir dessa habilidade, o indivíduo pode utilizar a informação e fazer a relação necessária para responsabilizar o seu representante. Dessa forma, em níveis maiores de conhecimento, é de se esperar que haja a responsabilização tanto por mudanças econômicas pessoais como do país.

Já em níveis menores de conhecimento, essa responsabilização é prejudicada, seja por capacidade do indivíduo de utilizar as informações nesse propósito, ou por falta de oportunidade de se ter as informações necessárias, e até mesmo por interesse (Luskin, 1990; Delli Carpini & Keeter, 1996). A falta de conhecimento político gera consequências como a intolerância política, facilidade de manipulação das elites e comportamento inconsistentes com suas predisposições. O presente artigo acrescenta mais uma: a incapacidade de responsabilizar representantes por alterações e mudanças no estado da economia, tanto do ponto de vista pessoal quanto do país.

Essa incapacidade reacende a discussão sobre papel cívico do conhecimento político. Em uma democracia, é importante que o eleitorado seja capaz de reagir a suas insatisfações ou satisfações. O *Accountability* vertical é um aspecto fundamental da vida democrática e o estudo sobre as consequências do baixo conhecimento é de grande relevância, pois a grande maioria dos países possui uma média baixa desse conhecimento (Converse 1964; Delli Carpini & Keeter 1996).

CONCLUSÃO

O voto econômico é uma escolha eleitoral baseada na avaliação do desempenho da economia. Apesar das evidências históricas, o pioneirismo acadêmico foi de Kramer (1971), que utilizou de estimações simultâneas para mensurar o seu impacto nas eleições para o congresso americano. A partir de então, o campo dividiu-se em duas controvérsias importantes: Pessoal e Sociotrópico. A primeira trata se é feita uma avaliação ou se cria

uma expectativa do desempenho econômico. Já na segunda, trata-se o eleitor observa o desempenho de suas finanças ou das finanças do país. Essas duas controvérsias continuam não solucionadas.

Portanto, o caminho do campo é de tornar o modelo cada vez mais complexo, apontando assimetrias assim que incluídas novas variáveis. Há também a tentativa de universalizar, buscando testar o modelo em países com desenhos institucionais diferentes dos Estados Unidos, origem dos estudos. Uma dessas variáveis incluídas foi a do conhecimento político proposto por Wilson e Gomez (2001). Utilizando dessa variável, muitas vezes omitida, os autores elaboraram a Teoria da Atribuição Heterogênea. Essa Teoria versa sobre a assimetria de atribuição de responsabilidade determinada pelos diferentes níveis de conhecimento político. Aqueles que possuem maior conhecimento são capazes cognitivamente de atribuir responsabilidade ao presidente e ao resto do sistema político.

Com o objetivo de apresentar os efeitos dessa inclusão, utilizou-se o ESEB com dados das eleições de 2010, na qual ocorreu a primeira sucessão da história da democracia brasileira recente. Observou-se, dos maiores níveis de conhecimento político, uma atribuição heterogênea de responsabilidade, tanto sob a avaliação pessoal quanto do país. Entretanto, aos níveis menores de conhecimento, não houve nenhuma atribuição de responsabilidade refletida no voto.

Os resultados acenderam a luz sobre o debate das consequências da falta de informação política. A responsabilização e o *accountability* são conceitos importantes para a vida democrática e o baixo nível de conhecimento político dos países preocupa e deve ser ainda mais alvo de agendas de pesquisa pela ciência política como um todo. Não se pode mais omitir essa variável.

Entretanto, o presente artigo ainda precisa ser mais desenvolvido. Um estudo com mais de um ano eleitoral, por exemplo. Ainda há espaço de pesquisa para questões mais metodológicas, como o desenvolvimento da mensuração do conhecimento político e até mesmo da medida da avaliação econômica, já que a auto-reportagem em *surveys* pode ser questionada quanto a sua validade, apesar da grande correlação (Gomez e Wilson, 2011).

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOWITZ, A. I., LANOUE D. J. & RAMESH, S, 1988 “Economic Conditions, Causal Attributions, and Political Evaluations in the 1984 Presidential Election”. *Journal of Politics* 50, 848-863.

ANDERSON, C. J., 2000. “Economic voting and political context: a comparative perspective”. *Electoral Studies* 19, 151-170.

BARABAS, J., JERIT, J., POLLOCK, W. & RAINEY, C., 2014. “The question(s) of political knowledge”. *American Political Science Review* 108 (4), 840 – 855.

BARTELS, Larry M., 1996. “Uniformed Votes: information effects in presidential elections” *American Journal of Political Science* 40 (1), 194 – 230.

CARLSEN, F., 2000 “Unemployment, inflation and government popularity – are there partisan effects?”. *Electoral Studies*, 141-150.

CARREIRÃO, Y. de Souza., 1999. “Avaliação do Governo e Voto Econômico”. *Lua Nova* 48, 213-245.

CARREIRÃO, Y. de Souza., 2004. “Eleição Presidencial de 2002: Uma Análise Preliminar do Processo e dos Resultados Eleitorais”. *Revista de Sociologia e Política* 22, 179-194.

CARREIRÃO, Y. de Souza. & KINZO, Maria D’Alva G., 2004. “Partidos políticos, preferências partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002)*”. Instituto Universitário de pesquisas do Rio de Janeiro.

CONVERSE, Philipe E. (1964). The nature of belief systems in mass publics. In David E. Apter (ed.), *Ideology and Discontent*. New York: Free Press.

DELLI CARPINI, Michael X., and Scott KEETER. 1996. *What Americans Know about Politics and Why it Matters*. New Haven, CT: Yale University Press.

ERIKSON, R. S., MACKUEN, M. B. e STIMSON, J. A., 2000 “Bankers or peasants revisited: economic expectations and presidential approval”. *Electoral Studies* 19, 295-312.

FELDMAN, S, 1984 “Economic Self-Interest and the Vote: Evidence and Meaning”. *Political Behavior* 6, 229-251.

FIORINA, M. P, 1978 “Economic retrospective voting in American national elections: A micro-analysis”. *American Journal of Political Science* 22, 426-443.

GOMEZ, B. T. & WILSON, J. M., 2001 “Political sophistication and Economic voting in the American Electorate: a Theory of Heterogeneous Attribution”. *American Journal of Political Science* 45, nº 4, 899-914.

KINDER, D. R. e KIEWIET, D. R., 1979 “Economic Discontent and Political Behavior: The Role of Personal Grievances and Collective Economic Judgments in Congressional Voting”. *American Journal of Political Science* 23, nº 3, 495-527.

KRAMER, Donald, 1971 “Short-term fluctuations in U.S. voting behavior, 1896-1964”. *American Political Science Review* 65, 131-143.

LEWIS-BECK, M. S. e NADEAU, R., 2000. “French electoral institutions and the economic vote”. *Electoral Studies* 19, 171-182.

LEWIS-BECK, M. S. & PALDAM, M., 2000. “Economic voting: an introduction”. *Electoral Studies* 19, 113-121.

LUSKIN, Robert C., 1990. “Explaining Political Sophistication.” *Political Behavior* 12: 331 – 61.

NANNESTAD P. & PALDAM, M., 1997 “The grievance asymmetry revisited: A micro study if economic voting in Denmark, 1986-92”. *European Journal of Political Economy* 13, 81-99.

POWELL, G. B. e WHITTEN, G. D., 1993. “A Cross-National Analysis of Economic Voting: Taking Account of the Political Context”. *American Journal of Political Science* 37, nº2, 391-414.

RENNÓ, L. e SPANAKOS, A. P., 2006 “Fundamentos da Economia, Mercado Financeiro e Intenção de Voto: As Eleições Presidenciais Brasileiras de 1994, 1998 e 2002”. *Revista de Ciências Sociais* 49, nº1, 77-40.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. 2011. *Introdução à econometria: uma abordagem moderna*. 4a edição. Editora Cengage Learning.